

## ENTRE “ÉBRIOS” E “DESPÓTICOS”: POLICIAMENTO, IMPRENSA E POLÍTICA EM PELOTAS

CAIUÁ CARDOSO AL-ALAM<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo abordaremos os conflitos gerados entorno da prisão de um cidadão português chamado José Cardoso. Esta prisão foi destaque na imprensa pelotense em maio de 1885. Argumentos centrados na ideia de nacionalidade, arbitrariedades das forças policiais e posições políticas dos jornais e dos indivíduos inseridos no conflito, serão analisados aqui. Pretendemos demonstrar um pouco mais das práticas da Delegacia de Polícia de Pelotas, assim como os confrontos políticos em que estavam inseridos os periódicos e os personagens aqui traçados.

**Palavras-chave:** Prisão; Imprensa; Política.

No dia 7 de maio de 1885, uma quinta-feira, por volta das três horas da tarde, José de Souza Cardoso, um português de 53 anos, casado, com profissão de carpinteiro<sup>2</sup> dirigia-se a cadeia civil da cidade de Pelotas, situada a poucos metros do arroio Santa Bárbara. De acordo com seu relato, queria ele visitar um amigo que estava preso. Ao abordar a sentinela do portão da prisão, José foi informado que não poderiam se fazer visitas naquela hora e que o carcereiro não se encontrava no local. José teria rumado a uma casa de negócios situada na frente do prédio da cadeia. Lá encontrou outro homem que também não havia conseguido visitar um “parceiro” na instituição, fato que deixou ainda mais indignado o português que teria dito: “-isto hoje está muito modificado, no tempo do Paroba podia-se visitar um preso até ao pôr do sol. – agora não nos dão entrada nem às três horas!”.

Neste momento, José não contava com a presença de um cadete do Exército dentro da casa de negócios, que ouviu o questionamento e se retirou do local. Logo retornou com dois soldados para efetuar a prisão do português. De acordo com seu relato, ele teria sido arrastado até a prisão e lá injuriado e espancado pelo carcereiro e

---

<sup>1</sup> Professor do curso de História da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

<sup>2</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul. 1ª Vara Cível / Comarca de Pelotas. Caixa 006.0127, número 5422.

soldados<sup>3</sup>. Só seria solto pela manhã do dia anterior. José, logo quando solto, teria se dirigido a casa do Vice-Cônsul português, Theodosio Fernandes da Rocha, para procurar ajuda no intuito de responder à prisão por ele tida como arbitrária.

Antonio Francisco de Aragão Sobrinho, 19 anos, solteiro, da Paraíba, praça do exército, o cadete que havia ouvido as críticas de José e que teria requisitado sua prisão, relata outra história. Que soube da sentinela da cadeia, que José se apresentou para a visita em estado ébrio, e que logo que teve seu pedido recusado, passou a xingar os guardas de “cambada de bêbados, ladrões, baianos safados”<sup>4</sup> e “como ele respondente, não consentisse que fosse por tal forma desautorizado tanto ele como a sua guarda, por um ébrio, deu-lhe voz de prisão”. Diz o cadete que José ao ser abordado e ter ouvido voz de prisão na casa de negócios, não acusou reação, deixando-se levar até o xadrez. Diz ainda que por ser soldado do exército, teria levado o homem até o portão da cadeia apenas e que não acredita que ele tenha sido espancado, já que se soubesse disso acabaria intrometendo-se nessa ação, por não consentir que sejam tratados dessas formas os presos. Interessante que no processo, ao ser qualificado como testemunha, Antonio Francisco no momento de dar sua filiação deixa claro que seu pai era um bacharel, essa palavra vem entre parênteses depois do nome do pai. Observamos aí a estratégia da nomeação na prática do cadete, de buscar uma certa autoridade ao fazer referência à profissão do pai, talvez reivindicando aos olhos da justiça, uma qualificação de seu discurso e uma maior atenção a sua situação social<sup>5</sup>.

O carcereiro, João Ignácio de Souza, 39 anos, casado, da Província, empregado provincial, disse que o português foi preso por estar bêbado. Sendo colocado na sala correcional, o lugar menos seguro da cadeia, separado por uma parede fina da secretaria. Este era o espaço destinado a aqueles que eram detidos para correção por crimes vários, ligados ao cotidiano, que não eram levados a instância da Justiça, como estar fora de

---

<sup>3</sup> Como ressaltou Paulo Moreira, as tabernas, casas de negócios, eram vistas como vitrines da ação social, um local privilegiado de vigilância policial (MOREIRA, 1993: p. 83).

<sup>4</sup> Já discutimos o aparecimento constante deste tipo de xingamento dos moradores da cidade para os praças do Exército. Eram identificados como “Baianos”. Mostramos que para além das divergências com as ações dos integrantes do Exército, havia uma relação montada com a origem destes homens, na sua maioria recrutados a força das províncias do norte do país. Ver: (AL-ALAM, 2009).

<sup>5</sup> Os indivíduos podiam se apresentar de diversas formas perante diversas situações. Por exemplo, na frente dos amigos apresentam-se com um apelido, defronte os órgãos da Justiça com seu nome completo, e no caso aqui, pesando determinada influência política do pai. Interessante para pensar estratégias de nomeação, mesmo que para indivíduos escravos. Ver: (WEIMER, 2007).

horas nas ruas no caso dos escravos, embriaguez, vadiagem, dentre outros. Diz o carcereiro que o português ao acordar teria dito que não se lembrava de nada, pois estava muito embriagado no dia anterior.

O caso do português José foi destacado por todos os órgãos de imprensa na época, principalmente pelo Correio Mercantil. Este jornal saiu em defesa do português, debatendo com outros dois jornais, A Discussão e o Diário de Pelotas, que defendiam as ações do Delegado e do carcereiro. O processo a que tivemos acesso foi levantado após os constantes questionamentos do editorial do jornal Correio Mercantil, que saiu a procura de explicações e pressionava as ações do Delegado no sentido de punir o carcereiro e seus comandados. Vários editoriais do jornal foram anexados ao processo, nos possibilitando observar o discurso a que empreendeu o periódico para exigir a punição dos apontados como culpados.

Num destes editoriais, num sábado, dia 9 de maio de 1885, temos o seguinte título “Atentado inaudito, um português martirizado”, e o jornal destaca “[...] um homem livre, um cidadão português, que apenas tem por si as garantias da lei e da justiça do país, a hospitalidade que o Brasil oferece ao estrangeiro que em sua terra procura guarida e trabalho”.

Observamos neste momento uma importante premissa para o questionamento do jornal: o caso ainda era mais relevante pelo fato de ser o réu um súdito português! E não era para menos, por “coincidência” o diretor do jornal era um português, chamava-se Antonio Joaquim Dias.

Antonio chegou ao Brasil aos 13 anos de idade. Começou na imprensa como tipógrafo no Diário de Rio Grande. Em 1867 editou a revista literária Arcádia. Em 1869, após contrair casamento mudou-se para Pelotas onde funda em 1870 o Jornal do Comércio, que fica em suas mãos até 1875. Neste ano ele vende o periódico a Arthur Lara Ulrich com a condição de não abrir na cidade de Pelotas outro jornal ou oficina tipográfica. Curioso é que no mesmo ano, Antonio funda o Correio Mercantil que ficará em suas mãos até 1892 e nas mãos de seu filho, César Dias, até 1912. O Correio fechará suas portas em 1922 (CALDERAN, 2002: p. 11).

No período em que Antonio Joaquim Dias dirigiu o jornal, este periódico ficou conhecido como uma “catedral do saber e evangelização moral” (RÜDIGER, 1993: p. 47). Antonio era republicano e abolicionista, e bancava um discurso tido como

imparcial aos conflitos entre os partidos imperiais (RÜDIGER, Op. Cit: p. 12). Foi atuante na sociedade pelotense, envolvendo-se com a campanha de construção da Biblioteca Pública Pelotense e também com a criação do Asilo de mendigos, aonde chegou a presidir. Foi membro do Clube Abolicionista e sócio protetor de sociedades musicais, como a Sociedade Musical União<sup>6</sup>. Foi também maçom, ligado às lojas maçônicas União e Concórdia.

A trajetória de Antonio em Pelotas foi marcada por muitos conflitos e acusações. Beatriz Loner questiona a visão colocada sobre este, de que seria um homem de discurso independente com um caráter moderno e empresarial (LONER, 2007: p. p. 4). Diz a autora que a família de Antonio Joaquim Dias dedicou-se muito no intuito de apagar as acusações construídas sobre este. Foi acusado de vender defesas em seus editoriais a assassinos de um escravo<sup>7</sup>, de ter se envolvido com a introdução de moedas falsas na cidade, de ter roubado bilhete premiado de loteria de um padeiro que confiou sua guarda, etc (CALDERAN, 2002: p. 19). O certo é que Antonio Joaquim Dias foi um homem com práticas controversas.

Além de controvérsias, suas práticas rendiam enfrentamentos diretos com outras forças políticas na cidade. O conflito em que se insere o português José Cardoso acaba gerando uma oportunidade de questionamento das práticas do Delegado e do carcereiro da cadeia civil local. Mas as provocações atingiram como era de se imaginar, órgãos da imprensa que disputavam a inserção de ideias políticas em Pelotas. Os jornais *Dário de Pelotas* e *A Discussão* posicionaram-se contra os argumentos de Dias. O primeiro, *Diário de Pelotas*, funcionou de 1868 a 1889 sendo um órgão do partido liberal, de propriedade de Ernesto Augusto Gerngross. O segundo, *A Discussão*, funcionou de 1881 a 1888 e se caracterizou como um órgão abolicionista, de propriedade de Fernando

---

<sup>6</sup> Beatriz Loner enquadra esta Sociedade como formada por trabalhadores sendo umas das mais antigas da cidade. Diz a autora que nesses espaços, os grupos musicais, o preconceito de cor era menos evidente, compondo-se de integrantes de várias nacionalidades e etnias. (LONER, 2001, p. 136).

<sup>7</sup> O caso acabou mobilizando a campanha abolicionista na cidade no ano de 1881. O escravo Jerônimo, de 16 anos, teria sido assassinado no tronco da charqueada de Paulino Leite. O mandante teria sido o irmão de Paulino, Antonio Leite, dono do escravo. Antonio Joaquim Dias foi acusado por vários periódicos, como a folha ilustrada *O Cabrion* e o *Diário de Pelotas*, de ter defendido os assassinos de Jeronymo em troca de dinheiro. Nesse episódio ganhou o apelido de “mondongueiro”. No final do processo, foram presos o capataz da charqueada Manoel de Oliveira e os escravos Antonio, Marcelino e Caseiro, acusados de serem os executores do castigo (LOPES, 2006: p. 141). Ver também: CALDERAN, 2002: p. 19; LONER, 2007: p. 7.

Osório, Epaminondas Piratinino de Almeida, Saturnino Arruda e Marçal Escobar (CALDERAN, Op. Cit: p. 11).

Após Antonio Joaquim Dias, no dia 9 de maio de 1885, fazer referências a nacionalidade de José Cardoso, no dia 10 de maio o Diário de Pelotas trazia a seguinte consideração: “Pensamos que o colega foi exagerado nos conceitos que externou e que não precisava trazer a questão para o terreno de nacionalidade, desde que sabe que a justiça entre nós pode errar mas que não influi em suas decisões a nacionalidade do indivíduo”.<sup>8</sup>

O jornal ainda dizia ter dado durante sua existência muitas provas de ser defensor “da vida e regalias da colônia portuguesa” e que o campo de atuação da justiça deveria ficar livre. Denunciava também que José Cardoso já havia sido preso por embriaguez e desordem.

Antonio Joaquim Dias, numa terça-feira 12 de maio, respondia ao Diário de Pelotas:

*Duas palavras ao Diário:  
Nós não fizemos nem fazemos questão de nacionalidade. O carcereiro, que inspirou ao Diário a defesa, é que quer levar a questão para esse lado, como único meio de salvação. Na imprensa não temos nacionalidade - a imprensa não tem pátria - é filha do universo. Não se trata de um português. Trata-se de um homem, pouco importa saber a que nação pertence, que foi arbitrariamente preso, ilegalmente conduzido a cadeia, brutalmente espancado a rifle e cruelmente encerrado durante uma noite em cárcere privado. Se em vez de português pertencesse a outro qualquer país, se em vez de branco fosse preto, se em vez de livre fosse escravo, o nosso procedimento seria o mesmo, seria o que tem sido sempre - proteger os oprimidos, censurar os abusos e clamar pelas garantias do direito e da liberdade individual.*<sup>9</sup>

Interessante que Antonio Joaquim Dias retira o argumento da nacionalidade que estava presente em sua primeira denúncia do caso. Talvez o argumento não possa ter sido bem recebido pela sociedade pelotense.

Lembramos que a comunidade portuguesa naquela cidade era considerável. Pode ser que o argumento da nacionalidade não prestasse mais aos protestos do Correio Mercantil, mas a polêmica já havia sido lançada: Antonio Joaquim Dias questionava a prática do Delegado, e do carcereiro, homens diretamente ligados ao poder político

---

<sup>8</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 10 de maio de 1885.

<sup>9</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Correio Mercantil. Dia 12 de maio de 1885

central da Província. No final do trecho citado acima do jornal Correio, observamos nitidamente uma posição liberal perante a Justiça, na defesa pelos direitos fundamentais e pela liberdade individual.

Outro jornal da cidade, o Onze de Junho, também se empenharia em ampla criticidade às práticas do Delegado, e em suas páginas registraria outras prisões de portugueses tidas como truculentas. Um fato a ser registrado é que determinados grupos de nações européias contavam com representantes de seus consulados na cidade de Pelotas, que eram algumas vezes criticados pela imprensa por favorecerem a inserção destes imigrantes em postos de trabalho (ANJOS, 2000, p. 77). E o Vice-consulado português nos parece ser o mais ativo nas intervenções por seus súditos principalmente nos casos de polícia, evidenciado nas fontes criminais e jornalísticas.

Quando observamos o quadro das disputas políticas, levantados pelo trabalho de Beatriz Loner aqui já citado, chegamos a constatação que este acirramento entorno dos jornais e do caso de José Cardoso, estava inserido nos resquícios dos conflitos entre os abolicionistas da cidade no ano anterior.

Em Pelotas, como em outras cidades do país, temos uma euforia construída no ano de 1884 entorno das liberdades concedidas aos escravos sob contrato. No mesmo ano, Antonio Joaquim Dias se envolvia em acusações ao Clube Abolicionista da cidade. Acusava Dias de os membros do Clube estarem se apropriando do pecúlio dos escravos depositado na intenção de efetuarem suas emancipações. Dias teria caluniado diversos membros do Clube que vieram a público se justificar perante as acusações do jornalista do Correio Mercantil. Fato que faz os membros do Clube expulsarem Antonio Joaquim Dias da associação. Muitas acusações foram construídas nos jornais da imprensa da cidade entorno dos abolicionistas. Diz Loner que o principal fato para tais polêmicas viria do fato de que os abolicionistas não quiseram colocar o Clube a serviço dos contratos de prestação de serviços. Para esta atitude, os maiores escravagistas da região formaram o Centro Abolicionista (LONER, 2007).

Antonio Joaquim Dias, através do caso do português, trazia a tona novas polêmicas e acusações a seus adversários do ano anterior, fazendo com que a nacionalidade fosse um dos aspectos utilizados para trazer sensacionalismo ao conflito. Todos os jornais mostram como a inquirição das testemunhas na Câmara Municipal foi concorrida por pessoas da população. Vale lembrar que os jornais tem um papel

importante na criação de consensos, “[...] repetindo e reiterando idéias e imagens que acabam por se transformar em pressupostos de uma época” (MAUCH, 2004: p. 61).

Um dos temas na historiografia que causam problematizações ainda hoje é a questão de como perceber o alcance das leituras de jornais e outros periódicos. Pouquíssimas vezes as fontes trazem esse tipo de levantamento. A sorte brilhou para nós quando nos deparamos com um sumário por abuso de liberdade de imprensa gerado no ano de 1872<sup>10</sup>. Nele, o Diário de Pelotas era acusado de caluniar o padre João Francisco Alves de ser “bêbado, ignorante e estúpido”. No processo é chamado a depor Antonio Henrique da Silveira, de 17 anos, o entregador dos jornais. Disse ele, que na época o jornal Diário de Pelotas tinha entorno de trezentas e cinquenta assinaturas. Se levarmos em conta que esta informação abarca o ano de 1872, é possível que o número de assinantes possa ter aumentado até o ano de 1885, época do conflito do português abordado neste texto. Em 1872 a cidade contava com 21.258 pessoas somado o mundo urbano e rural. O mundo urbano contava com 14.762 (GUTIERREZ, 2004: p. 499). Se levarmos em conta o número populacional do perímetro urbano, o número de assinantes não chega a 3%<sup>11</sup>. Pouco, mas devemos levar em conta outras formas de repassar as informações contidas nos periódicos, como as leituras públicas, trocas de informações nos locais de concentração populacional como as tavernas, hotéis, etc. O fato é que nas audiências, a população acompanhou em peso, motivada pelos debates dos jornais.

No mesmo dia 12 de maio, Antonio Joaquim Dias pedia a demissão do Delegado de Polícia, o major José Joaquim Caldeira. Acusava-o de truculência e arbitrariedade:

*Um cidadão esmurrado pelo delegado da policia!  
Não é só o carcereiro da cadeia civil que manda prender, esbordoar e encerrar em cárcere privado um pobre homem maior de 50 anos de idade!  
Não é só dentro da cadeia que se aplicam suplícios aos que não tem ninguém por si nem ocupam elevadas posições na sociedade.  
Não são, enfim, unicamente os portugueses que sofrem as torturas, os martírios, as violências das nossas despóticas e desmoralizadas autoridades policiais.  
O escândalo, a arbitrariedade, vão atingindo maiores proporções, vão ao infinito.  
O delegado de policia, Major José Joaquim Caldeira, já esbofeteia em publica rua [...] O Sr. Major José Joaquim Caldeira deve pedir demissão do cargo de delegado da policia deste termo. Deve pedi-la antes que, por*

---

<sup>10</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul. 2ª Vara Cível / Comarca de Pelotas. Caixa 006.0014, número 4411.

<sup>11</sup> Por curiosidade, a assinatura do *Diário de Pelotas* era 20\$000 réis a anual, e 11\$000 réis a semestral.

*decência e por honra da administração superior, não lhe seja dada a bem do serviço e da moralização pública.*<sup>12</sup>

O Major José Joaquim Caldeira na época, neste ano de 1885, acumulava os cargos de delegado de polícia, que já mantinha desde o início da década de 1880, e o de comandante da polícia. Havia sido também juiz de paz durante a década de 1870<sup>13</sup>. Trajetória comum de figuras ligadas a ocupação dos cargos referentes às instituições normativas.

No outro dia, uma quarta-feira 13 de maio, o Diário de Pelotas continuava a discussão. Afirmava que Antonio Joaquim Dias teria sido injusto com o Delegado, pois este muitas vezes havia sido elogiado pelo periódico Correio Mercantil. Assumia o jornal liberal algumas atitudes truculentas do Delegado como visto aqui:

*O senhor Major Caldeira pode errar, pode ter mesmo cometido uma ou outra pequenina arbitrariedade; a verdade, porém é que S.S. com a força insignificante que tem as suas ordens, se não fosse ativo e enérgico com a vagabundagem, esta se alçaria e ninguém poderia com ela. S.S. tem-na contida, garantindo a ordem e a paz em nossa importante e populosa cidade. É hoje mau o Sr. Major Caldeira, mas para o próprio colega, já ele foi uma autoridade modelo.*<sup>14</sup>

Justificava o jornal as arbitrariedades do Major Caldeira quando este praticava suas ações contra os tidos como vadios<sup>15</sup>, os pobres, muitos trabalhadores que se envolviam em conflitos através da embriaguez. Justificava também o jornal as ações arbitrárias perante a falta de policiais para auxiliar o Delegado no cotidiano das ruas<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Correio Mercantil. Dia 12 de maio de 1885.

<sup>13</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão do dia 28 de dezembro de 1875.

<sup>14</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 13 de maio de 1885.

<sup>15</sup> Nas palavras de Walter Fraga Filho: “[...] o termo “vadio” remetia às camadas livres pobres tradicionalmente vistas com inclinadas para ociosidade e vadiagem”. Estas eram relacionadas a itinerância e a ociosidade (FILHO, 1996: p. 76).

<sup>16</sup> As referências a falta de policiais na cidade margeiam todo o século XIX na cidade. Um outro periódico, o *Jornal do Commercio*, queixava-se no ano de 1875 que a cidade contava apenas com 30 a 40 agentes policiais, para aproximadamente 20 mil pessoas no perímetro urbano. Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. *Jornal do Commercio*. Dia 19 de fevereiro de 1875. As reivindicações para o aumento do efetivo policial estão presentes não apenas na imprensa, mas também nos ofícios do Delegado e nos ofícios da Câmara Municipal. O movimento era geral.

O Diário de Pelotas tinha razão. No jornal Onze de Junho do dia 18 de janeiro de 1885, encontramos uma forte crítica ao editor do Mercantil, que teria defendido o procedimento do delegado Caldeira por ter autorizado a Polícia a entrar em várias casas de forma violenta com o pretexto de buscarem um criminoso. O editor do Onze chamava Antonio Joaquim Dias de “garoto” e “mondongueiro”, um dos epíteto mais famosos com que ficou conhecido<sup>17</sup>.

O jornal Onze de Junho surgiu em 1868 na cidade de Jaguarão. Logo se transferiu para Pelotas. Propriedade de Antônio da Silva Moncorvo Júnior, funcionou como órgão do partido conservador nos anos iniciais. Por questões políticas, Moncorvo retornou a Jaguarão fugido e em 1881 retornaria a Pelotas agora com o jornal sem posição partidária. Marcaria sua atuação criticando os abusos da escravidão, e confrontaria-se com as autoridades policiais em 1884. O que o fez em abril de 1885 fechar as portas do jornal para dirigir o novo jornal do partido conservador em Rio Grande. Moncorvo, pelo que nos parece, continuaria em sua trajetória a seguir as redes clientelísticas dos conservadores na região (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2010: p. 186).

O Onze de Junho já em 1882, criticava a arbitrariedade do Delegado, no caso, de ter prendido uma parda livre por esta não querer cumprir o contrato de locação, e não confirmar data de soltura<sup>18</sup>. O jornal, quando de seu retorno em 1888, manteria sua postura crítica perante os delegados de polícia e suas práticas arbitrárias. Mas nenhuma superaria a que teve o jornal perante o Major José Joaquim Caldeira.

Neste trecho transcrito abaixo, observamos que as críticas à prática policial vão no sentido da arbitrariedade, tanto nas prisões como nas abordagens. No final ainda faz referência a repressão à imprensa, certamente fazendo alusão ao empastelamento sofrido pelo jornal em anos anteriores.

*A polícia de nosso país comete toda a classe de arbitrariedades; espanca o cidadão, invade o seu asilo; mete-os na cadeia sem culpa formada, contra expressa determinação da lei, mata-os na prisão e escondem os cadáveres, e quando a imprensa, que representa a opinião pública, pede contas de seus atos, é ameaçada algumas vezes e outras assaltada pelos soldados e capangas, que*

---

<sup>17</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 18 de janeiro de 1885.

<sup>18</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 6 de janeiro de 1882

*seguros da impunidade, fazem em estilhaços o material tipográfico, espancam os tipógrafos e tentam assassinar os proprietários e redatores!*<sup>19</sup>

Provavelmente a antipatia de Moncorvo poderia estar vinculada ao episódio do empastelamento, onde o delegado Caldeira possivelmente estaria envolvido.

Interessante como aborda Sandra Pesavento esta questão das queixas das atitudes dos órgãos policiais, mesmo que referente ao contexto da República. De certa forma o sentimento perante as ações policiais seria ambíguo, no sentido de que ao mesmo tempo se exigia uma ação policial eficiente e também se queixava desta. Uma relação entre a “presença de uma moral de trabalho e de um código de ética burguesa de condenação à ociosidade” (PESAVENTO, 1998: p. 59). O que acabava muitas vezes fazendo com que a população pobre e até mesmo o movimento operário, se encaixasse nesse modelo e acabassem reforçando os mecanismos de dominação, ao exigirem o cumprimento das posturas e das leis. E também, como o faziam os jornais da cidade, questionassem o abuso de autoridade. Certamente também que tais críticas eram construídas em sintonia aos conflitos entre as redes políticas de clientela existentes na região.

Observamos uma prática comum na época, e que persiste ainda hoje, a prática da autoridade policial arbitrária. Estes tipos de ações acabavam dando margens a atitudes de interesse pessoal sendo levadas em prática com a justificativa de serem casos de polícia. No episódio, mesmo que o Correio tenha interesses políticos específicos, nos demonstra atitudes corriqueiras de arbitrariedade levadas a cabo pelo Delegado da Polícia. Afinal, citava o Correio, as agressões a diversas pessoas nas ruas por parte do Delegado, e o jornal “oposicionista” às afirmações deste periódico, o Diário, apenas justificava as ações de Caldeira, mas não as negava. A truculência fazia parte da personalidade do delegado.

Caldeira seria muito criticado pelo Onze de Junho nos primeiros meses de 1885 por supliciar presos na cadeia com o mesmo tipo de instrumento usado nos escravos nas charqueadas: um “azorrague de quatro pernas”. O mesmo jornal conta dois episódios referentes ao delegado acontecidos durante a passagem da família real na cidade.

---

<sup>19</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 16 de janeiro de 1885.

Na estação férrea da cidade, esperava-se a chegada de D. Pedro II e Caldeira tentava organizar a multidão, xingando e entrando em desaforos com os bolieiros de carros, o que o fez levar uma vaia do povo aglomerado. Ainda no mesmo dia, ao chegar ao palácio onde ficaria hospedado o imperador, Caldeira teria levado uma outra grande vaia da população, sucumbida pelo toque estratégico da banda de música<sup>20</sup>. Outro fato chama mais a atenção ainda. Quando da chegada da Princesa Isabel na cidade, vinte dias antes de seu pai, andava pelo porto da cidade, João Anselmo de Menezes, o conhecido Deus-te-livre. Este costumava ler em voz alta e comentar as matérias publicadas no diversos jornais da cidade, criticando as autoridades públicas e demais políticos. O delegado prontamente prendeu Deus-te-livre mantendo-o na cadeia durante mais de dez dias. Dizia o Onze de Junho que o delegado havia feito a prisão, temendo “[...] sem dúvida que alguma apologia de sua pessoa fosse ali recitada em tom oratório por Deus te livre, em presença da Augusta visitante”<sup>21</sup>.

Voltando ao caso do português José Cardoso, no dia 14 de maio as celeumas continuavam. O Correio Mercantil argumentava sobre os por ele ditos altos índices de criminalidade nunca vistos na cidade. Acusava o Delegado de fazer prisões corriqueiras para pagar a carceragem, os alvarás de soltura, etc. No dia 24 de janeiro de 1885, o jornal Onze de junho denunciava a soltura sob fiança de um português que teria sido preso arbitrariamente depois de criticar em uma venda a feitura da limpeza pública da cidade e criticava os interesses do delegado no pagamento das fianças<sup>22</sup>. Realmente, os crimes de desordem predominavam no século XIX, assim como em Pelotas<sup>23</sup>, o que gerava lucros com as multas e geralmente os sujeitos eram liberados depois de 24 horas no xadrez (PESAVENTO, 2001: p. 172). O Correio Mercantil ainda levantava o fato de que após a requisição do Vice-Cônsul português para a feitura do corpo de delito, este só teria sido entregue pelo Delegado a justiça cinco dias depois do fato ocorrido<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 24 de fevereiro de 1885.

<sup>21</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 14 de fevereiro de 1885.

<sup>22</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Onze de Junho. Dia 24 de janeiro de 1885.

<sup>23</sup> Sobre informações de categorias de crimes em Pelotas, mesmo que relacionados a escravos, ver: AL-ALAM, 2009.

<sup>24</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Correio Mercantil. Dia 14 de maio de 1885.

No mesmo dia, o Diário insistia na defesa das ações do Delegado Caldeira, que tinha “[...] no cargo de Delegado da Polícia sido incansável na manutenção da ordem pública, só queixando-se dele os vagabundos de que a cidade se acha infestada e para quem S.S. tem sido inexorável”<sup>25</sup>.

No dia 16 de maio, o Correio anunciava que o Presidente da Província ao tomar conhecimento da situação, mandava levantar inquérito com suspeitas das práticas do Delegado<sup>26</sup>. Era questionada a vagareza do encaminhamento legal da denúncia via Delegado de Polícia, que teria retardado o corpo de delito. Caldeira era acusado de abafar o caso.

O inquérito foi encerrado no dia 21 de maio, numa quinta-feira. O jornal A Discussão confirmava a decisão do Promotor Público de subir os autos ao Juiz de Direito para que outros “letrados de sua confiança” pudessem analisar mais detalhadamente o caso. O jornal ainda acusava o Correio de no ano anterior não ter levantado o mesmo tipo de polêmica quando da morte de um outro português<sup>27</sup>. Já o Diário de Pelotas ironizava e chamava a atenção para o avolumado número de pessoas na audiência: “A vitima como é de se supor, disse que foi torturada, martirizada, e quase reduzida a cinzas!”. Ainda continuava, “A audiência afluiu grande número de pessoas, atraídas sem dúvida pela grande celeuma levantada pelo Correio”<sup>28</sup>.

O Correio ainda partiria para acusações à família do Delegado Caldeira, como observamos nas páginas do jornal Diário de Pelotas:

*Perseverante no seu ódio, o Correio Mercantil não trepida ante meio algum para dar expansão a ele. Vendo que o intitulado crime da cadeia está ficando reduzido a uma prisão correccional sem importância, apesar de tê-la colocado na altura de uma questão internacional – procurou novos motivos para continuar em sua propaganda contra o Sr. Major Delegado de Polícia, envolvendo em sua denúncia os respeitáveis parentes daquela autoridade residentes na freguesia do Cerrito*<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 14 de maio de 1885.

<sup>26</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Correio Mercantil. Dia 16 de maio de 1885.

<sup>27</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. A Discussão. Dia 21 de maio de 1885.

<sup>28</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 21 de maio de 1885.

<sup>29</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 24 de maio de 1885. A freguesia do Cerrito pertencia ao município de Piratini, depois pertenceu ao

O Diário fazia uma defesa da família Caldeira, que Antonio Joaquim Dias qualificava como assassinos e acobertadores de assassinos. Também fazia referências a boatos de atentados em que o Correio dizia ter sido ameaçado:

*Descanse o Correio, nem o Sr. Major Caldeira nem seus ilustres parentes do Cerrito são capazes de tirarem do colega um desforço que não seja pelos meios legais. Ninguém quer assaltar a sua tipografia nem tirar a vida de seu proprietário e redator. Se o Correio foi avisado disso, tal coisa não passou de debique (sic) de algum gaiato que se quis divertir a custa do colega<sup>30</sup>.*

Não sabemos se Antonio Joaquim Dias foi ou não ameaçado de fato, a questão é que ele se envolvia no confronto com uma família tradicional da região que estava representada pela mais alta autoridade policial do lugar. Acima do Delegado, só o Chefe de Polícia, que nomeava os mesmos. Os Delegados eram homens abastados que não recebiam salários, só o receberão após a República, onde os funcionários do sistema policial além dos salários, passam a ter regime integral (HOLLOWAY, 1997: p. 229). Somente aqueles que tinham outra renda podiam aspirar a estes cargos durante o Império, mesmo que em alguns lugares contassem com emolumentos e gratificações por conta dos Chefes de Polícia.

Richard Graham pode nos esclarecer alguns favorecimentos do cargo de Delegado, “[...] no interior, a maioria possuía terras e buscava esses cargos públicos para exercer autoridade extra e estender favores, isenções e proteção aos seus apadrinhados” (GRAHAM, 1997: p. 87). Mesmo que o prestígio dos Delegados tenha caído após a reforma de 1871 que tirou a função judicial destes, eles continuavam inseridos nas redes de clientelismo do poder (HOLLOWAY, 1997: p. 228).

Quanto à família, esta representava um importante papel quanto a produção de capital político. O núcleo familiar estendia-se além do sangue. Os laços familiares construía através de casamentos e apadrinhamentos, práticas de indicações a cargos públicos e até mesmo obrigações de ajuda nas eleições. A clientela, formada pela família e agregados, tinha dependência ao chefe, e em troca retribuía com lealdade. Devemos imaginar a família Caldeira e o Major José Joaquim inseridos nesse contexto,

---

município de Pedro Osório e virou município no ano de 1996. A cidade fica distante 89 quilômetros de Pelotas. Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cerrito>.

<sup>30</sup> Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Diário de Pelotas. Dia 24 de maio de 1885.

nas palavras do jornal Diário de Pelotas, “ilustres” e “respeitáveis” cidadãos (GRAHAM, Op. Cit: p. 37).

Lembramos as relações que se construíam entorno das autoridades no sentido do favorecimento pessoal. Afinal, o cargo público é foco de poder, que “[...] dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza” (FAORO, 1984: p. 310). Dentro de uma estrutura regional calcada no poder dos proprietários, as famílias buscavam aumentar suas propriedades (GRAHAM, Op. Cit.: p. 35).

O fato é que as discussões ainda continuariam até o fim do mês de maio, e apenas em setembro do mesmo ano se conheceria o resultado do processo: a decisão era de arquivar em “virtude de o Sr. Promotor não ter dado providência”.

O caso havia sido de certa forma desconsiderado pelas autoridades da Justiça. Podemos observar uma tentativa de não valorização dos conflitos, pensando numa manutenção da ordem, da legitimação do status quo das autoridades da cidade.

O Major José Joaquim Caldeira, ainda seria denunciado pelo jornal Onze de Junho até sair de circulação em abril de 1885. O delegado, sairia do cargo em setembro do mesmo ano, contando até este período com o apoio do órgão do partido liberal, o jornal Diário de Pelotas. Caldeira nos parece que caminhava afinado com os liberais.

Como havia feito com Deus-te-livre, o major, era retirado de cena, mas jamais sairia do imaginário popular da cidade. Pelas bocas da cidade, o “velho ancião” junto a Maia, juiz municipal, teria seu nome relacionado ao arbítrio: Deus-te-livre se vingava em forma de versos transformados em dito popular. Ainda hoje em meio aos paralelepípedos de Pelotas, é possível ouvir: “Deus te livre! O Maia não quer, Caldeira não consente. Negro não vai a baile, por que negro não é gente!”<sup>31</sup>.

### **Bibliografia:**

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O livro que sobrou: presos escravos em pelotas (1862-78). *Anais das V Jornadas do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-RS*. Porto Alegre, junho de 2009.

\_\_\_\_\_. “Respondeu a ele ofendido que tinha asco dos baianos!”: Policiais e soldados na Pelotas do final do século XIX. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza, julho de 2009.

---

<sup>31</sup> Agradeço a historiadora Fernanda Oliveira da Silva por me passar esta fonte. Biblioteca Pública Pelotense. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal *A Alvorada*, 04/02/1950.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: EDUFPEL, 2000.

CALDERAN, Ana Paula. *Antonio Joaquim Dias: uma figura polêmica*. Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em História. Pelotas: UFPel, 2002.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1984.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUTIERREZ, Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Universitária, 2004.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LONER, Beatriz. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universitária, 2001.

LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Imprensa, História, Literatura e Informação. *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007. v. 1. p. 57-64.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010.

LOPES. Aristeu Elisandro Machado. *Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (dissertação de mestrado).

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004..

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o Deboche e a Rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Dissertação de Mestrado)..

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional 2001.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas da escravidão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007 (Dissertação de Mestrado).